

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

LILIA MARIA SANTOS MACIEL

**UMA ANÁLISE DA LEI 11.947/09 E A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO
A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2018**

LILIA MARIA SANTOS MACIEL

**UMA ANALISE DA LEI 11.947/09 E A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO
A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Jailton Macena de
Araújo

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M152a Maciel, Lilia Maria Santos.

Uma análise da lei 11.947/09 e a implementação do
Direito Humano a Alimentação Adequada no município de
João Pessoa / Lilia Maria Santos Maciel. - João Pessoa,
2018.

59 f. : il.

Orientação: Jailton Macena de Araújo.

TCC (Especialização) - UFPB/CCJ.

1. Direitos Humanos. 2. Direito a alimentação. I. de
Araújo, Jailton Macena. II. Título.

UFPB/CCJ

LILIA MARIA SANTOS MACIEL

**UMA ANÁLISE DA LEI 11.397/09 E A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO
A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Jailton Macena de
Araújo

DATA DA APROVAÇÃO: 09 DE NOVEMBRO DE 2018

BANCA EXAMINADORA:



**Prof.^a Dr.^a JAILTON MACENA DE ARAÚJO
(ORIENTADOR)**



**Prof. Ms. Rafaela Inocêncio
(AVALIADORA)**



**Prof. Ms. Jimena Rocha
(AVALIADORA)**

**Dedico este trabalho a minha família, a
Thaís Pires e Moisés Araujo,
exemplos de amor.**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus colegas da FUNAI em Baía da Traição, João Pessoa, aos meus chefes Irenildo Cassiano Gomes e Benedito Rangel de Moraes, aos povos indígenas, ao IFBA que mudou a minha trajetória estudantil e a todos os que colaboraram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa a realizar um estudo acerca da alimentação escolar no Brasil por meio da lei 11.947/09 e sua aplicação nas escolas do município de João Pessoa. O Brasil, através do PNAE, possui o maior programa de alimentação escolar do mundo e milhares de estudantes são alimentados. Face a sua importância para a segurança alimentar e nutricional e para o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Direito à Alimentação, encontra-se disposto na Constituição Brasileira ao lado de outros direitos, como direito fundamental, resultante de lutas históricas. A utilização intensa de agrotóxicos, especialmente na lavoura monocultora, repercute na qualidade dos alimentos oferecidos na merenda escolar, estando associados ao surgimento de doenças como câncer. A alimentação adequada é um fator indispensável a promoção e manutenção da saúde, e, conseqüentemente, um fator que consolida o direito à vida, refletindo no desenvolvimento e desempenho escolar dos estudantes consumidores da merenda escolar, sendo indispensável o consumo de alimentos seguros. A metodologia aplicada a esse trabalho quanto à técnica de pesquisa, foi a observação direta através de questionário, foram utilizados livros, dissertações, monografias, teses. Desenvolveu-se uma pesquisa estatística, a partir da análise da eficácia ou não da lei 11.947/09, no município de João Pessoa, através de dados disponíveis para consulta e uma pesquisa histórica, traçando um panorama acerca da implementação das políticas públicas de alimentação escolar ao longo do tempo no Brasil

Palavras-chave: Direitos Humanos, direito à alimentação, alimentação escolar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sintomas observados conforme as pragas	28
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APM – Associação de Pais e Mestres
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar
CECANES - Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CF – Constituição Federal
CME - Campanha de Merenda Escolar
CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar
CREIS - Centros de Referência em Educação Infantil
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FISI - Fundo Internacional de Socorro a Infância
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MEC - Ministério da Educação
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos em Agricultura Familiar
PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PL – Projeto de Lei
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
VIGITEL - Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: PERSPECTIVAS TEÓRICO JURÍDICAS	13
2.1. CONTEXTO SÓCIO JURÍDICO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO	13
2.2. DIREITO A ALIMENTAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	20
2.3. A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO À SAÚDE.....	23
3. ENQUADRAMENTO SOCIAL E JURÍDICO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ...	25
3.1. DIREITO A ALIMENTAÇÃO E A SAÚDE	25
3.2. O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.	32
4. O CONTEXTO ATUAL DE CRISE E RETROCESSOS NA PROTEÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	39
4.1. O PL 6.299/02 E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	40
4.2. A MERENDA ESCOLAR E O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: APLICAÇÃO DA LEI N. 11.947/09.....	43
4.3. O PROJETO DE LEI 6.299/02 E AS AMEAÇAS À MERENDA ESCOLAR	46
4.4. O PL 6.299/02: UMA ANÁLISE CRÍTICA	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO À SECRETARIA	57

1. INTRODUÇÃO

A alimentação é indispensável a sobrevivência da espécie humana. Para que a alimentação e nutrição ocorram é necessária a segurança alimentar, a qual foi conceituada de diversas formas no decorrer do tempo.

O conceito de segurança alimentar passou a ser utilizado a princípio na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), contudo, ganha maior importância a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a criação da Organização das Nações Unidas - ONU. Algumas instituições compreendiam segurança alimentar como um Direito Humano - FAO, outras, como uma questão de mercado - FMI, Banco Mundial.

A segurança alimentar foi considerada uma questão de indisponibilidade de alimentos, após a Segunda Guerra Mundial. Acreditava-se que a fome era resultado da insuficiente produção de alimentos. A partir disso, passou-se a utilizar insumos químicos que aumentavam a produtividade e uso de novas variedades genéticas. Essas medidas mostraram-se insuficientes à superação do problema da fome, além de ter como consequência a contaminação do solo e alimentos por agrotóxicos, maior resistência a pragas etc.

Na década de 70, a segurança alimentar passou a ser entendida não somente como um problema de insuficiência de alimentos, mas também estava correlacionada a abastecimento e oferta alimentar.

A partir da década de 80, ocorre um ganho na produtividade e consequente produção de excedente de alimentos. Esses excedentes transformaram-se em produtos industrializados, os quais estiveram disponíveis no mercado, porém, em virtude da escassez de recursos econômicos da população de países em desenvolvimento, a insegurança alimentar permaneceu.

No final da década de 80 e início da década de 90, iniciou-se a determinação da importância do consumo de alimentos seguros, isentos de contaminação química ou biológica, com qualidades nutricionais, biológicas, sanitárias e tecnológicas, a partir de um modelo de produção sustentável, equilibrado e em consonância com aspectos culturais.

No princípio da década de 90, recrudescer o movimento em torno do Direito Humano à alimentação adequada, constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais PIDESC em 1996 (PRR4, 2018). Destaca-se, também, a realização da

Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena, em 1993 e a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1966. Progressivamente, constatou-se que a segurança alimentar e nutricional é um mecanismo de fundamental importância para a consolidação do Direito Humano a Alimentação Adequada.

O Brasil, a partir do final da década de 80 e durante a década de 90, passa a discutir a segurança alimentar e nutricional, sendo compreendida como acesso a alimentos com qualidade, em quantidade suficiente, de modo a assegurar a saúde humana.

A realidade dos países em desenvolvimento é afetada, substancialmente, por um quadro de fome e alimentação inadequada em termos nutricionais.

Segundo dados da FAO, em 2005, 852 milhões de pessoas foram afetadas, diariamente, pela fome, sendo 90% crônica e 10% gravemente desnutridas, sendo que, em 2008, atingiu 923 milhões de pessoas.

Ao mesmo tempo, destaca-se um severo quadro de fome oculta, a exemplo de anemia e deficiência de ferro, especialmente entre mulheres, carência de iodo em crianças, o que se configura como uma das principais causas de retardamento mental e deficiência subclínica de vitamina A, a qual diminui a capacidade de combater doenças e pode ocasionar cegueira.

A obesidade também surge como epidemia, atingindo, simultaneamente adultos e crianças, afetando países ricos e pobres. A globalização, a intensa urbanização e a substituição de alimentos tradicionais por industrializados são fatores que contribuem, substancialmente, para formação de tal panorama.

Neste contexto, o Direito Humano à Alimentação Adequada mostra-se relevante. O Direito Humano à Alimentação Adequada pode ser definido como o acesso de todas as pessoas a alimentos de maneira permanente, continuada, diretamente ou por meio de aquisição financeira em quantidade e qualidade suficientes, em consonância com as tradições culturais do seu povo.

No Brasil, a partir da emenda constitucional nº 064/2010, foi inserida na Constituição Federal em seu artigo 6º, no rol dos direitos sociais o direito à alimentação

Outra iniciativa governamental que visa a assegurar a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada é a lei 11.947/09, a qual indica que 30% do valor repassado aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE deve ser empregado na compra de gêneros

alimentícios da agricultura familiar, empreendedor familiar rural ou organizações, sendo prioritárias as aquisições da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A aquisição se dá por meio de Chamada Pública, dispensando-se a licitação.

A lei 11.947/09 estipula que 30% dos alimentos adquiridos da merenda escolar, provenientes dos recursos do PNAE, deverão ser destinados a compra de alimentos da agricultura familiar.

Esta prática incentiva o emprego da alimentação saudável e adequada, correspondendo o uso de alimentos variados, seguros, os quais respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis e ajuda ao desenvolvimento sustentável, com estímulo a aquisição de alimentos diversificados, sazonais e produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

O encontro, da alimentação escolar com a agricultura familiar, tem propiciado uma notável transformação na alimentação escolar, ao indicar que alimentos saudáveis e regionais, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública.

Esse instrumento representa uma notável conquista na iniciativa de compras públicas sustentáveis associadas ao fortalecimento da agricultura familiar, gerando mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, gerando mercado para os pequenos produtores, o que dinamiza a economia local e segue em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada. Assim, questiona-se: A lei 11.947/09 é efetivamente cumprida no município de João Pessoa, levando a realização do direito humano à alimentação adequada?

O presente trabalho tem por objetivos: avaliar a implementação da lei federal 11.949/09, a qual institui o PNAE, no município de João Pessoa, verificando seus efeitos na concretização do direito humano a alimentação adequada aos alunos das escolas públicas do município de João Pessoa, analisar se o Programa Nacional de Alimentação Escolar corresponde a consolidação do Direito Humano à alimentação adequada, aferir através dos dados oficiais se a lei 11.949/09 é efetivamente implementada no município de João Pessoa, observar a qualidade nutricional da merenda escolar oferecida no município, através de informações oficiais e, se a mesma corresponde ao preconizado pela lei 11.947/09.

Com o intuito de avaliar o problema de pesquisa no que tange à eficácia do cumprimento da lei 11.947/09, a qual estabelece o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de João Pessoa, foi escolhido o método hipotético dedutivo, posto que a lei federal n.º 11.947/09, a partir de suas diretrizes e componentes, viabiliza o acesso ao estudante para uma alimentação mais saudável e diversificada através da merenda escolar e proporciona a efetiva concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Acerca da técnica de pesquisa, será utilizada a observação direta através de questionário. A respeito de pesquisa bibliográfica, serão utilizados livros, dissertações, monografias, teses e sites.

Referindo-se aos métodos de procedimento, optou-se por uma pesquisa estatística, tendo em vista a análise da eficácia ou não da lei 11.947/09, no município de João Pessoa, através de dados disponíveis para consulta e uma pesquisa histórica, tendo em vista traçar um panorama acerca da implementação das políticas públicas de alimentação escolar ao longo do tempo no Brasil

2. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: PERSPECTIVAS

TEÓRICO JURÍDICAS

Os direitos fundamentais são resultantes de lutas populares históricas, seja reivindicando menor ingerência estatal ou maiores direitos individuais. O direito à alimentação é um direito público subjetivo, inserido na Constituição Federal CF de 1988, sendo oferecidas garantias e responsabilidades aos particulares. O mesmo está inserido como direito social, sendo este estabelecido como metas a serem alcançadas, concretamente, não só pelo Estado, mas, também, pela família e pela sociedade.

O direito humano à alimentação encontra-se no âmbito de dupla atuação estatal: por um lado, uma ação positiva do estado, ao propiciar meios aos cidadãos de acesso a alimentos e, por outro lado, uma atuação negativa, combatendo os meios que impeçam o acesso a alimentação.

Sob a égide de um Estado Social, o qual se encontra em um momento crítico de desmonte e redução, cabe a este tornar efetivos os direitos sociais, especialmente o direito à alimentação, estabelecendo como objetivo prioritário a erradicação da fome e construção de políticas públicas com vistas à segurança alimentar e nutricional.

Existe, por parte dos estados, uma obrigatoriedade de atuação a partir dos direitos fundamentais, embora na Constituição de 1988 não esteja prevista a atuação dos poderes públicos por meio dos direitos fundamentais de maneira expressa, conquanto a administração pública deva ser norteadada por estes direitos, tendo em vista a dignidade da pessoa humana e a preservação dos valores sociais.

Ainda que não seja responsabilidade única do Estado, cabe a ele o protagonismo na implementação de ações, às quais resultem em efetivação e plenitude do direito humano à alimentação adequada, estando atrelado diretamente ao direito à saúde e ao direito à vida.

2.1. CONTEXTO SÓCIOJURÍDICO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

Alimentar-se é uma necessidade humana para manutenção da sua saúde e, conseqüentemente, da sua sobrevivência. O direito à alimentação foi resultado de lutas e reivindicações.

O Direito Humano à Alimentação passou por diversas etapas ao longo do tempo. Alimentar-se, é, sem dúvida, uma necessidade humana. A primeira

reinvidicação com o intuito de propiciar a sobrevivência humana data de 1387, sendo que os *ciompi*, trabalhadores têxteis e a pequena burguesia proprietária saquearam as casas dos mais abastados e tomaram o poder em Florença na Itália. (TRINDADE, 2002 *apud* CHEHAB, 2009). Em 1601, a Inglaterra instituiu a lei dos pobres, na qual as paróquias eram responsáveis pelo sustento dos desprovidos e fornecimento de matéria prima (lã) para que pudessem tecer e comercializar (SINGER, 2003).

Naquela ocasião, a partir do século XVII, iniciou-se o pensamento sobre a desigualdade, a exemplo de Rousseau, o qual afirmava que a natureza humana era boa e a desigualdade entre os homens era gerada pela propriedade (ROUSSEAU, 2006)

No século XVIII, uma crise fiscal atravessa a França, em um governo que sustentava uma extensa corte e tal situação impulsiona a Revolução Francesa. A nascente burguesia não encontra espaço no governo monárquico e alia-se a trabalhadores urbanos e camponeses. Com a instituição de um governo burguês, os mais pobres continuam marginalizados e seguem lutando pela sobrevivência. (TRINDADE, 2003 *apud* CHEHAB, 2009).

A Constituição Francesa de 1791 determina o socorro aos pobres pelo Estado em seu art. 3º:

Será criado e organizado um estabelecimento geral de socorros públicos para criar as crianças expostas, aliviar os pobres enfermos e prover trabalho aos pobres válidos que não o teriam achado

Em 1795, a Inglaterra implanta o “sistema de abonos” ou aditamento de salários que flutuavam segundo o preço do pão, garantindo aos pobres uma renda mínima que provesse a sua sobrevivência. Essa lei perdurou até 1834, quando foi substituída pela *Poor Law Amendment Act*, em 1834 (LIMA, 2002).

Thomas Malthus, em 1798, sustenta que a população crescia em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética. Além disso, defendia que a assistência social promovida pelas paróquias reduzia a mobilidade da mão de obra (MALTHUS, 1998 *apud* CHEHAB, 2009).

No final do século XIX, o problema da fome passou a ter destaque e a ser objeto de discussão por Cornelius Walford que, em 1878 apresentou à sociedade estatística de Londres, dois comunicados, os quais avaliavam os mais de 350 surtos de fome que atingiram as populações ao longo de séculos (CARNEIRO, 2015). A partir daí

surge a concepção que alimentos são garantias e não benevolência de um governo. A Primeira Guerra Mundial, ocorrida em 1914, foi um conflito bastante intenso e que teve como resultado uma grande tragédia, deixando seis mil pessoas mortas, diariamente, totalizando 8,5 milhões de pessoas mortas. Participaram 65 milhões de soldados, restando com sete milhões de aleijados e 37 milhões de feridos. Além disso, as economias dos países participantes foram duramente atingidas e o continente europeu se inseriu em um contexto de fome e estagnação da agricultura (POOLE, 2007).

Em 1917, através da Constituição de Weimar, direitos sociais foram positivados, sendo, pois, mais conquistas dos movimentos populares. A partir dessa Constituição, os direitos sociais passam a ser positivados e exigíveis, inspirando várias Constituições, exemplo da Constituição brasileira de 1934 (AUAD, 2008).

No continente americano, o direito à alimentação passa a fazer parte da pauta discussão nos Estados Unidos a partir da década de 20, uma vez que alguns autores americanos se preocupavam com a capacidade do país em alimentar uma população de 150 milhões de habitantes. Neste contexto, os estudiosos passaram a se concentrar não mais nos alimentos em si mesmos, mas, sim nos meios de acesso a alimentos pela população mundial (JOHNSON 1975 *apud* CHEHAB, 2009).

Com a crise de 1929, o sistema financeiro americano sofre um colapso. Como medida destinada a mitigar os efeitos de tal crise, foi instituído o *New Deal* (SARMENTO, 2004). Neste mesmo plano foi implantado o *Welfare State*, como medida para mitigar os efeitos da crise, criando frentes de trabalho destinadas a desempregados, subempregados e crédito rural. Neste mesmo governo foi criado o *Food Stamp Program*, que permitia a compra de alimentos por famílias pobres em estabelecimentos credenciados pelo governo (SARMENTO, 2004).

Em 1941, dois anos após o início da 2ª Guerra Mundial, os países americanos e os EUA ingressaram no conflito. Na 2ª Guerra, predominou a destruição e a miséria tal como ocorreu na 1ª Guerra, só que em proporções maiores. O conflito teve por consequência desabastecimento de alguns alimentos produzidos por países desenvolvidos. No quadro de desabastecimento, os países periféricos cederam espaços em seus territórios e militares, tendo como contrapartida o fornecimento de alimentos industrializados, perpetuando a dependência consolidada desde o período colonial (CHEHAB, 2009).

Ao término da guerra em 1945, delineou-se um panorama de miséria e destruição por todo o planeta. Entre todos os participantes, ocorreu um movimento estagnação econômica e redução dos direitos sociais. Dado este contexto, o Plano Marshall foi anunciado, o qual tinha por meta financiar e reestruturar as nações combalidas e vencidas na guerra, as quais foram atingidas em sua soberania, devido à interferência dos países vitoriosos sobre a suas leis e sua política interna (ACEKMAN 2000 *apud* CHEHAB 2009).

Em 1945, a ONU cria a FAO com o objetivo de acompanhar, promover e estruturar mecanismos de promoção do direito humano a alimentação adequada. A FAO posiciona-se como um fórum de debates de políticas de combate e eliminação da fome, insegurança alimentar e desnutrição, tornar a agricultura mais sustentável e permitir sistemas agrícolas mais eficientes e inclusivos (FAO, 2018).

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em resposta aos horrores ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Esta declaração estabeleceu parâmetros mínimos de proteção aos direitos humanos (CHEHAB, 2009).

A declaração surge em um momento de reconhecimento da diversidade humana e, apesar da diversidade, a espécie humana encontrava-se unida por aspectos comuns constantes na Declaração, o que por si só representa um grande avanço, sobretudo, acerca da alimentação.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem mostrou-se como uma recomendação aos Estados membros das ONU, deste modo, não possui força vinculante e disposições normativas, contudo, foi precursora de outros tratados mais específicos. O Direito à alimentação esteve implicitamente presente na declaração de outros direitos tais como saúde, cultura, família.

Dentre seus artigos consta o seguinte:

Art. 25. Todo homem tem o direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive, **alimentação**, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Nota-se que, a partir desta declaração, o direito humano a alimentação adequada passa a ser uma preocupação de caráter mundial. Na década de 60, uma crise na produção de grãos atingiu a Ásia, União Soviética e os Estados Unidos. Em

virtude disso, passam a ser concedidos incentivos estatais para modernização do setor agrícola, especialmente, ao continente asiático (JOHNSON 1975 *apud* CHEHAB 2009). Neste continente, inicia-se a Revolução Verde, o que ocasionou um aumento de produtividade de alimentos e queda mundial de preços (SACHS, 2005).

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foi assinado por 105 Estados na Assembleia Geral da ONU, ocorrida em 16 de dezembro de 1966, foi aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto n.º 591, de 06.07.1992. Este tratado significou um significativo progresso à proteção de direitos, tais como direitos à saúde, à moradia, à proteção à família e à alimentação. Os estados, ao serem signatários deste pacto, comprometeram-se a implementar, tais direitos de modo progressivo e não imediato, contudo, não implica em uma inércia estatal.

Em seu artigo 11, no Pacto Internacional, está presente, explicitamente, o direito à alimentação.

Artigo 11[...]

§1º - Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive, à alimentação, vestuário e moradia adequados, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre convencimento.

§2º - Os Estados-partes no presente pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.
2. Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios”

O PIDESC não foi aderido pelo governo brasileiro imediatamente em virtude da política neoliberal vigente na época, influenciados por governos como Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos (SARMENTO,2004). Esta política implicou em redução de gastos públicos, o que resultou em uma diminuição do estado de bem-estar social e consequente não priorização dos investimentos em direito à alimentação adequada (SINGER,2003).

A Recomendação Geral de número 12 do Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, da Organização das Nações Unidas foi de elevada importância,

visto que tratou do direito à alimentação como indissociado do princípio da dignidade da pessoa humana. Através dos comentários do Comitê, expressos a partir dessa recomendação, era notável a preocupação de combate à fome no mundo, já perceptível através do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que já incluía o direito à alimentação em seu conteúdo (SIQUEIRA, 2013)

O Pacto Internacional reforça a importância da acessibilidade física dos alimentos bem como a acessibilidade econômica, como medida fundamental para a erradicação da fome. Outro ponto de elevada importância diz respeito a qualidade e segurança dos alimentos. Tão fundamental quanto o acesso ao alimento, cabe ao estado proporcionar aos cidadãos meios de consumir produtos com adequada composição nutricional e livre de substâncias nocivas à saúde humana.

Os estados signatários do Pacto Internacional, comprometem-se a implementar ações de maneira progressiva e continuada, sendo essa uma responsabilidade conjunta da sociedade civil. O PIDESC prevê, ainda, medidas punitivas àqueles que se eximam do cumprimento do pactuado, sendo que os Estados passam por fiscalizações e em caso de violações são estabelecidas punições aos Estados membros. É obrigatório o envio de relatórios os quais informam em que etapa de implementação se encontra e quais as dificuldades encontradas. Os relatórios serão encaminhados ao Secretário Geral das Nações Unidas, o qual encaminhará às agências especializadas, através de cópias dos relatórios e ao Conselho Econômico e Social. A ONU poderá além de fiscalizar e tomar conhecimento das dificuldades encontradas na implementação, poderá auxiliar na implementação dos objetivos existentes no Pacto (SIQUEIRA, 2013, p.84).

A Declaração de Roma assinada pela Cúpula da Alimentação no dia 13 de novembro de 1996, tem por objetivo implementar e monitorar o plano de ação da cúpula em todas as instâncias de cooperação internacional. Esta declaração estabeleceu como meio fundamental de acesso a alimentação a erradicação da pobreza.

Segundo relatório da ONU de 1989 acerca do direito à alimentação há três eixos principais de deveres dos Estados: respeitar, proteger e realizar o direito à alimentação.

Quanto ao respeito, compete ao Estado proporcionar condições que possibilitem acesso à alimentação a todos os cidadãos residentes em seu território, renunciando a políticas que possam restringer o acesso (SIQUEIRA, 2013 p. 23-24).

A proteção ao direito à alimentação exige do Estado uma ação a qual impeça indivíduos e empresas de oporem obstáculos a acessibilidade aos alimentos, protegendo o direito à alimentação. Sobre a realização, foi estipulada uma obrigação dos Estados em proporcionar o direito à alimentação, uma vez que o indivíduo ou grupo não possa obter uma alimentação apropriada. Caso o estado não possa prover a sua população de alimentação adequada, deverá solicitar apoio humanitário em caráter internacional (SIQUEIRA, 2013).

O Protocolo de San Salvador de 16 de novembro de 1999, estipula proteção à diversos direitos sociais, culturais e econômicos, a exemplo de saúde, meio ambiente, cultura, previdência social.

Em seu artigo 12, o Protocolo assim dispõe:

- 1 Toda pessoa tem direito a uma nutrição adequada que assegure a possibilidade de gozar do mais alto nível de desenvolvimento físico, emocional e intelectual.
2. A fim de tornar efetivo esse direito e de eliminar a desnutrição, os Estados Partes comprometem-se a aperfeiçoar os métodos de produção, abastecimento e distribuição de alimentos, para o que se comprometem a promover maior cooperação internacional com vistas a apoiar as políticas nacionais sobre o tema.

O Protocolo enuncia que os Estados devem optar pelo investimento em direitos econômicos, sociais e culturais, de modo a obter os avanços necessários neste âmbito, o que inclui o direito à alimentação. Esse protocolo previu, ainda, o direito de petição caso haja violação de suas previsões, o que abrange o direito à alimentação (SIQUEIRA, 2013 p. 87).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), ocorrida em junho de 2012 foi de especial importância, visto que estabeleceu um conjunto de metas a serem alcançadas pelos Estados. Dentre os temas tratados na Conferência, o direito à alimentação recebeu elevado destaque, sendo estabelecidos parâmetros no relatório final a serem alcançados (SIQUEIRA, 2013 p. 88).

Nos itens presentes no relatório final (108 e 118), constavam a segurança alimentar, nutrição e agricultura.

No item 108 constam os compromissos estabelecidos pelos Estados para a efetivação de uma alimentação adequada aos cidadãos, nutricionalmente e objetivando maiores cuidados acerca da segurança alimentar e maior acesso aos alimentos, salientando a dificuldade econômica para o acesso aos alimentos. Enfatizou-se, também, a necessidade de uma alimentação diferenciada para menores de dois anos de idade, dada a vulnerabilidade deste grupo.

O item 109 expõe a preocupação dos Estados quanto à extrema pobreza, quanto à aquisição de alimentos (SIQUEIRA, 2013 p. 88). Nota-se nos demais itens uma preocupação com a agricultura, com a qualidade dos alimentos e com o acesso aos mesmos. Determinaram-se metas a serem atingidas nas zonas rurais, onde se encontram a maior parte da população atingidas pela pobreza. Também se destacaram as preocupações com as populações vulneráveis, a exemplo dos povos indígenas, momento em que se reconheceu as práticas agrícolas tradicionais e a dimensão cultural do direito à alimentação (SIQUEIRA, 2013 p.88).

2.2. DIREITO A ALIMENTAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Federal de 1988, em sua composição destaca os Direitos Fundamentais. No Título I, situam-se princípios fundamentais resultantes de Tratados Internacionais os quais o Brasil é signatário, assim como o Título II. A Constituição de 1988, coloca como centro a pessoa humana e a sua dignidade, sendo este um dos fundamentos da República Brasileira.

Os direitos fundamentais situam-se logo no início da Constituição Federal, uma vez que os mesmos servem de alicerce para os demais direitos. Os direitos e garantias fundamentais receberam esta denominação a partir da análise sobre a evolução constitucional brasileira. Percebe-se que a CF 88 foi inspirada principalmente no constitucionalismo alemão, português e espanhol, foi a primeira a utilizar a expressão genérica direitos e garantias fundamentais, abarcando as diversas espécies de direitos (individuais e coletivos, sociais, nacionalidade, direitos políticos), situando o direito constitucional positivo brasileiro dentro da tendência dominante no âmbito do direito comparado, especialmente a partir da Lei Fundamental da Alemanha, de 1949.

No âmbito da filosofia política e das ciências sociais de um modo geral, como também no direito internacional, a expressão mais recorrente são direitos humanos, no direito constitucional pátrio a opção pelo termo direitos fundamentais tornou-se a mais adequada com o significado e conteúdo destes direitos na Constituição, uma vez

que seja em homenagem ao direito constitucional positivo e também em função do regime jurídico promotor de direitos assegurado pelo constituinte (MENDES *et. al.* 2013).

Os direitos fundamentais devem ser compreendidos não somente como necessários à delimitação a atuação do Estado. Ainda, os direitos fundamentais são reputados como constitucionais ao passo em que se inserem no texto constitucional ou mesmo sejam simples declaração ditada pelo poder constituinte. São direitos que nascem e são fundamentados, no princípio da soberania popular. (SILVA, 2014). O direito a alimentação configura-se como direito fundamental.

Além disso, o direito à alimentação se encontra implícito em demais artigos da Constituição Federal, a exemplo do artigo 3º “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Neste dispositivo está subentendida a ideia de promoção da dignidade humana e cidadania, garantindo direitos essenciais através do direito à alimentação (SIQUEIRA, 2013 p. 40).

O artigo 7º da Constituição Federal também em seu inciso IV assim dispõe como direito do trabalhador: “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Desta forma, o direito à alimentação esteve presente na constituição desde o início (SIQUEIRA, 2013).

No Título VII da Constituição que trata da Ordem Econômica e Financeira, no capítulo I preceitua que deverá ser seguido a justiça social como balizador, privilegiando a interpretação do direito à alimentação.

Ao mencionar a proteção à criança, ao adolescente e ao jovem, a Constituição Brasileira reparte a responsabilidade a família juntamente com a sociedade quanto a família, saúde educação e alimentação.

No § 2º do artigo 5º da Constituição não exclui possibilidades interpretativas acerca de direitos e garantias fundamentais em tratados internacionais assinados pelo Brasil, o que repercute diretamente no direito à alimentação.

O art. 79 do ADCT estabelece como obrigação estatal a criação de um fundo de combate à pobreza, o que incluiria ações voltadas a ações suplementares de nutrição, o que deveria ter entrado em vigor até 2010.

Depreende-se a partir daí que o texto constitucional por meio dos seus dispositivos colocou o direito à alimentação como aspecto importante a concretização do direito à vida e promoção de cidadania e dignidade da pessoa humana.

O direito à alimentação passou a constar explicitamente na Constituição de 1988 em seu art. 6º, por meio da Emenda Constitucional número 64/2010:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ao dispor do direito à alimentação explicitamente no texto Constitucional, a Constituição Brasileira avançou consideravelmente no que se refere aos direitos sociais e promoção da dignidade da pessoa humana. Como modo de promoção do direito à alimentação, surgiram vários programas sociais, a exemplo do renda mínima, proposto pelo Senador Suplicy em 1991, implementado em vários municípios, programa semelhante adotado pelo governo Fernando Henrique, denominado Bolsa Escola e, notadamente, o Bolsa Família do governo Lula, são voltados, verdadeiramente, à promoção de um mínimo vital do direito fundamental à alimentação, não um mínimo essencial, que só se concretizará com a alimentação adequada (SILVA, 2014).

Os direitos sociais no Brasil posicionaram-se na Constituição em capítulo próprio, compondo os direitos fundamentais, ao contrário das constituições anteriores que os posicionavam no capítulo de ordem econômica e social. Esta mudança trouxe consigo a individualização dos direitos sociais, fazendo parte dos direitos fundamentais. Os direitos sociais podem ser definidos como dimensão dos direitos fundamentais do homem, prestações positivas oferecidas pelo Estado de maneira direta ou indireta, positivadas por meio de normas constitucionais, que proporcionam superiores condições de vida aos mais fracos. São direitos que promovem a igualdade (SILVA, 2014).

Os direitos sociais inseridos na constituição são resultantes de lutas do povo para o atendimento das suas necessidades vitais, as quais necessitam de uma atuação positiva do Estado. São também direitos imediatamente exigíveis, isto é, assim que surge a demanda, pode-se solicitar ao Estado e são também subjetivos.

O direito à alimentação, existente no artigo 6º da Constituição Federal é um claro exemplo da obrigação estatal e direito social sendo que a prestação estatal não

se restringe ao combate à fome e sim a garantia ao cidadão de alimentos saudáveis e adequados, em quantidades suficientes.

2.3. A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO À SAÚDE

O direito a saúde na Constituição de 1988 está no título da Ordem Social, em seu art. 6º, juntamente com o direito ao trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção social, proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados e alimentação.

O direito a saúde é consequência do direito à vida, uma vez que para a conservação da vida é indispensável a preservação da saúde (NUNES, 2008). O direito a saúde consta no art. 196 da Constituição Federal que assim dispõe explicitamente:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O direito à saúde não consiste somente na ausência de doença, mas sim, de outros fatores conexos. Uma política de educação nutricional, associada a uma medicina de cunho preventivo, contribuem efetivamente para a consolidação da saúde (NUNES, 2008).

A lei 8080/90 que regulamenta o SUS explicita os fatores que contribuem para a existência da saúde: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços especiais.

O Estado tem por dever a preservação do estado de não doença da pessoa humana, assim entendido com possibilitar o acesso a emprego, moradias, alimentos em quantidade e qualidade suficientes, realização de atividades físicas, de modo a assegurar o princípio constitucional básico que é a dignidade da pessoa humana sendo o direito à saúde subjetivo, concedido pelo Estado de modo que cada sujeito seja capaz de lutar pelo próprio bem estar (NUNES, 2008). O serviço de saúde consta no art. 196 da Constituição Federal, contudo, a inexistência de doenças ou o controle das mesmas estão condicionadas a ações integradas em áreas, a exemplo de saneamento básico, criação de empregos, previdência.

A tríade Previdência Social, Assistência Social e Saúde compõe o sistema de Seguridade Social, os quais visam garantir a dignidade e atendimento das

necessidades básicas A prestação de serviço de saúde é efetivada pelo Estado através do SUS, Sistema Único de Saúde, as ações e serviços de saúde vinculam-se aos princípios da dignidade da pessoa humana.

A saúde humana encontra-se vinculada diretamente com alimentação. A lei 11.947/09 que instituiu o PNAE, estipula que 30 % dos alimentos adquiridos da merenda escolar, provenientes dos recursos do PNAE, deverão ser destinados a compra de alimentos da agricultura familiar. Esta prática incentiva o emprego da alimentação saudável e adequada, correspondendo o uso de alimentos variados, seguros, os quais respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis e ajuda ao desenvolvimento sustentável, com estímulo a aquisição de alimentos diversificados, sazonais e produzidos em âmbito local.

Todo o aparato legal existente na Constituição Brasileira e nas demais legislações infraconstitucionais que amparam o direito à alimentação visam, sobretudo, a proporcionar qualidade de vida aos cidadãos, assegurando o direito à vida de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.

3. ENQUADRAMENTO SOCIAL E JURÍDICO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

O direito à alimentação perpassa diversos fatores. Entender o direito à alimentação tão somente como a possibilidade de ingerir a alimentos, é, sobretudo, uma perspectiva limitada. A alimentação abrange aspectos culturais, econômicos e até mesmo religiosos.

A alimentação tem seu espaço de discussão e importância elevada em todo o mundo, especialmente, no continente europeu, no qual a alimentação passa a ser alvo de políticas públicas e preocupações de diversos países¹, instruindo os cidadãos de modo a proporcionar uma educação alimentar a seus cidadãos (SIQUEIRA, 2013).

A partir da infância, período em que os seres humanos têm o primeiro contato com os alimentos por intermédio da sua família, através da sua localização geográfica, das suas condições socioeconômicas, do modo de preparo de alimentos, todos estes aspectos contribuirão para a formação de hábitos alimentares (SIQUEIRA, 2013).

O direito à alimentação deverá, também, levar em consideração, hábitos religiosos dos povos, a exemplo dos rituais religiosos do Candomblé, a proibição de consumo de carne suína pelos muçulmanos e o vegetarianismo pelos hindus.

O direito à alimentação situa-se no plano dos direitos fundamentais, sendo estes indispensáveis à sadia qualidade de vida e promoção da dignidade humana, assim compreendida não como uma concessão oferecida pelos Estados e sim, como como obrigação estatal, disposta em vários tratados e acordos internacionais, os quais muitos países são signatários.

Os Estados deverão oferecer meios econômicos e acessibilidade física para a efetiva concretização do direito humano a alimentação adequada. A alimentação adequada engloba a ingestão mínima de calorias preceituada pela FAO, a adequada composição nutricional como também a ausência de resíduos tóxicos e nocivos à saúde humana como fertilizantes, defensivos agrícolas e demais produtos utilizados de maneira inadequada e indiscriminada.

3.1. DIREITO A ALIMENTAÇÃO E A SAÚDE

A fome foi e ainda é um fator presente na história humana e determinante nos seus caminhos. O homem, desde o seu nascimento, com o consumo de leite materno,

¹ A França através do Ministério da Educação criou o Instituto do Gosto. A Itália foi o berço de um movimento denominado "Slow Food", o qual impulsionou a concepção da Universidade de Ciências Gastronômicas (SIQUEIRA, 2013).

buscou se alimentar e ao cultivar cereais e condimentos, aprimorou o hábito de comer e beber (DA COSTA; DE OLIVEIRA, 2018, p. 301).

Na antiguidade clássica teve por predominância a intensa troca e comércio. Animais e plantas estiveram presentes em diversas áreas do mundo. Entretanto, o período medieval foi marcado pela estagnação em termos de desenvolvimento de novos meios de produção e severas dificuldades em termos agrícolas, como pragas e doenças (GARCIA, 1995 apud DA COSTA; DE OLIVEIRA, 2018, p.301).

O desenvolvimento de novos meios de produção, aperfeiçoamento de técnicas agrícolas e industriais, utilização da fermentação para produção de alimentos, todos estes eventos, conjuntamente, determinaram a alimentação na idade contemporânea. A partir do século XVIII, a alimentação passa a ter um caráter científico. (DA COSTA; DE OLIVEIRA, 2018, p. 302). O tema alimentação possui um destaque maior com a Primeira Guerra Mundial e os problemas relacionados a alimentação dela decorrentes. Nos países com o mínimo de desenvolvimento industrial, a temática tornou-se relevante (BARROS; TARTAGLIA, 2003, p. 117).

No caso específico do Brasil, a fome é antes de tudo um problema político, econômico, social e histórico. O Brasil não se inseriu em um panorama de fome e desnutrição por razões desconhecidas. O modelo de agricultura proveniente da colonização, extensiva para a exportação e não sendo intensiva para a subsistência e voltada para erradicar a fome, explica como a fome atingiu grandes massas durante décadas no país (CASTRO, 1984, p. 263-265)

Atualmente, a fome que era um problema substancial no país, passa a ser mitigado por políticas sociais como o Fome-Zero, implementada no início do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, como uma política pública a qual substituiu o Programa Comunidade Solidária, vigente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Aquisição de Alimentos em Agricultura Familiar (PAA) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Estes programas, conjuntamente, foram de elevada importância no combate à fome no Brasil. O Brasil, em virtude do modelo de desenvolvimento adotado, associado a uma deficiente educação nutricional saltou de um panorama de fome para um quadro acentuado de obesidade. O problema da obesidade não está restrito ao Brasil. Países como a Tanzânia, entre a população rural mais pobre há o predomínio do consumo de alimentos ricos em carboidratos e gorduras, devido à impossibilidade financeira de adquirir frutas e verduras. Países industrializados, a exemplo da Alemanha, na fatia

mais pobre da população há o excessivo consumo de produtos industrializados, tais como: macarrão instantâneo, pizzas congeladas, batatas fritas. É também importante destacar a existência da “fome oculta”, isto é, a deficiência nutricional, resultado de uma alimentação voltada somente para a ingestão de calorias (WELLE, 2018). A obesidade, assim entendida como IMC acima de 30, índice que é aferido pela divisão do peso, medido em quilogramas, pela altura ao quadrado, medida em quilômetros por metros quadrados (WHO, 2008), surge como um novo fato diante dos beneficiários dos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família. Dados apontam que o índice de obesidade cresceu entre adultos que foram beneficiados pelo programa.

Segundo o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), vinculado ao Ministério da Saúde, os adultos obesos beneficiados no país em 2008 totalizavam 13,6% do total de usuários nessa faixa etária. Em 2011, essa taxa elevou-se para 17,2%. Por sua vez, a quantidade de adultos com baixo peso diminuiu de 6,2% para 4% do total de usuários (SILVA, 2018).

O total de mulheres obesas ou acima do peso também apresentou um aumento significativo, dada a opção pelo consumo de alimentos industrializados, ultra processados, com elevado teor de sódio, açúcar, corantes, dentre outros aditivos químicos. Assim enunciam (SILVA E CABRINI, 2017 p. 217-218):

No Brasil, dados do sistema VIGITEL (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), apontam que houve variação temporal significativa entre os anos de 2006 e 2016 na prevalência de excesso de peso e obesidade em adultos, nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Nestes dez anos, observou-se aumento nas prevalências de excesso de peso e de obesidade em ambos os sexos, em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade. Entretanto, a variação temporal foi maior nas mulheres para ambas as condições impacto do consumo de alimentos processados e industrializados na saúde humana, é visível a partir do crescimento nos índices de doenças como obesidade, diabetes, câncer, doenças crônicas as quais estão relacionadas também a hábitos de vida inadequados.

A obesidade atinge uma proporção considerável de moradores das capitais brasileiras, 54,2% são obesos segundo a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), de 2017, ligada ao Ministério da Saúde. Este dado é indicativo das consequências de hábitos como sedentarismo e má alimentação.

João Pessoa é a capital do Nordeste com percentual de obesidade estimado em 58% dos homens adultos, segundos dados da VIGITEL e com 48% de mulheres adultas acima do peso. Neste percentual, juntamente com Fortaleza e Natal,

enquadram a capital paraibana em um panorama de hábitos de vida inadequados. Somado a este quadro, o consumo cotidiano de alimentos contaminados com resíduos de agrotóxicos ou mesmo com agrotóxicos proibidos no Brasil, põe em risco a saúde humana.

Segundo dados da Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2011), 63% das amostras analisadas apresentaram contaminação por agrotóxicos e associado a isso, há presença de ingredientes ativos não autorizados em 28% delas.

Destaca-se, também, que o nível médio de contaminação das amostras dos 26 estados brasileiros está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos (BRASIL. ANVISA, 2011a). Estes dados reforçam a problemática da insegurança alimentar (CARNEIRO, 2015, p. 3)

A utilização de um ou mais agrotóxicos em culturas nas quais não estão aprovados, especialmente, aqueles que se encontram em etapa de reavaliação ou de descontinuidade programada causada pela alta toxicidade, implica em consequências negativas na saúde humana e ambiental, traduzida em insegurança alimentar para os consumidores que ingerem o alimento contaminado. O seu uso, por ser irregular, não foi estimado para calcular a ingestão diária aceitável (IDA), e a insegurança torna-se maior, à medida em que esse agrotóxico é identificado em muitos alimentos consumidos cotidianamente (CARNEIRO, 2015).

Os agrotóxicos poderão apresentar um quadro de contaminação ao consumidor agudo ou crônico. A contaminação aguda implica no surgimento de sintomas imediatos, que indicam contaminação a exemplo de náuseas. Os sintomas crônicos manifestam-se ao longo do tempo, como cânceres, distúrbios mentais, endócrinos etc. (CARNEIRO, 2015). A Tabela 1 abaixo demonstra tais dados:

Tabela 1 – Sintomas observados conforme as pragas

PRAGA QUE CONTROLA	GRUPO QUÍMICO	SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO AGUDA	SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO CRÔNICA
-----------------------	---------------	----------------------------------	------------------------------------

Inseticidas	Organofosforados e Carbamatos	Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões.	Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossômiais e dermatites de contato.
	Organoclorados	Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropáticas periféricas
	Piretroides sintéticos	Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões	Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonteiras, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça	Alergias respiratórias, dermatites, doença de Parkinson, cânceres
	Fentalamidas		Teratogêneses
Herbicidas	Dinitroferóis e pentaclorofenol	Dificuldade respiratória, hipertermia, convulsões	Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda de apetite, enjoo, vômitos, fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogêneses
	Dipiridilos	Sangramento nasal, fraqueza, desmaios, conjuntivites	Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar

A presença de agrotóxicos atinge a saúde humana, em especial, a saúde dos agricultores, os quais manipulam diretamente os alimentos. Estas intoxicações são subnotificadas. Segundo dados fornecidos em Pignati et al. (2017),

A soja foi a cultura que mais utilizou agrotóxicos no Brasil, representando 63% do total, seguido do milho (13%) e cana-de-açúcar (5%). O fumo foi o cultivo que apresentou a maior quantidade média de litros de agrotóxicos por hectare com 60 l/ha. O algodão foi o segundo, consumindo 28,6 l/ha, seguido dos cítricos, com 23 l/ha, tomate (20 l/ha), soja (17,7 l/ha), Uva (12 l/ha), banana (10 l/ha), arroz (10 l/ha), trigo (10 l/ha), mamão (10 l/ha), Milho (7,4 l/ha) e Girassol (7,4 l/ha). As outras culturas agrícolas utilizaram menos de cinco litros por hectare plantado.

A presença de agrotóxicos em grande quantidade nas lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar, demonstra o perfil agrícola brasileiro, voltado para a exportação de *commodities*. Os estados que mais utilizam agrotóxicos, são, em números absolutos:

Mato Grosso plantou 13,9 milhões de hectares e consumiu 207 milhões de litros de agrotóxicos, Paraná com 10,2 milhões de hectares, que consumiu 135 milhões de litros de agrotóxicos e o Rio Grande do Sul com 8,5 milhões de hectares plantados e utilizou 134 milhões de litros de agrotóxicos. (PIGNATI *et al.*, 2017).

Os agrotóxicos mais utilizados na agricultura entre 2012 e 2016, foram o Glifosato (Herbicida), Clorpirifós (Inseticida), 2,4-D (Herbicida), Atrazina (Herbicida), Óleo mineral (Adjuvante), Mancozebe (Fungicida), Metoxifenoza (Inseticida), Acefato (Inseticida), Haloxifop-P-Metilico (Herbicida), Lactofem (Herbicida), Metomil (Inseticida), Diquate (Herbicida), Picoxistrobina (Fungicida), Flumetsulam (Herbicida), Teflubenzurom (Inseticida), Imidacloprido (Inseticida), Lambda cialotrina (inseticida), Imazetapir (Herbicida), Azoxistrobina (Fungicida) e Flutriafol (Fungicida). Dos agrotóxicos mencionados, 15% são extremamente tóxicos, 25% altamente tóxicos, 35% medianamente tóxicos e 25% são pouco tóxicos na classificação utilizada para seres humanos (PIGNATI *et al.*, 2017).

Os agrotóxicos utilizados estão associados não só a infecções crônicas câncer infantil que afetam ao consumidor de frutas e verduras contaminadas com agrotóxicos administrados de maneira inadequada, mas, também, a infecções subagudas má formação fetal e agudas intoxicação por agrotóxicos (PIGNATI *et al.*, 2017).

No estado de Mato Grosso, campeão em utilização de agrotóxicos, observou-se uma correlação estreita entre a utilização aumentada de agrotóxicos em uma determinada região e a elevação do coeficiente médio da intoxicação aguda, subaguda (malformação fetal) e crônica (câncer infanto-juvenil) (PIGNATI *et al.*, 2017).

A Paraíba utilizou em 2015, 1.631.397 litros de agrotóxicos, em que predominou a cana-de-açúcar (37%), milho e feijão (20%), banana e abacaxi (3%) e cítricos (1%). (PIGNATI *et al.*, 2017). Estes dados nos indicam o perfil monocultor presente na Paraíba, desde a época colonial.

O município de João Pessoa destaca-se enquanto aquele que registrou o maior índice de contaminação por agrotóxicos no estado da Paraíba, entre 2011 e 2014, 269 notificações, seguida por Campina Grande com 209 notificações (ALMEIDA, 2014, p. 28).

O estado da Paraíba destacou-se como pioneiro na produção de produtos orgânicos, sendo em 2011 considerado o maior produtor de orgânicos (produtos livres de agrotóxicos) do Nordeste. (G1, 2018) Somado a isso, ações como o Projeto Germinar, iniciativa a qual estimula a produção de hortas urbanas tem sido opção para

os consumidores terem acesso a alimentos mais seguros no município de João Pessoa.

Diante do panorama apresentado, mostra-se ser de suma importância assegurar à população pessoense acesso a alimentos com diversidade nutricional, preços acessíveis e livres de agrotóxicos e uma educação nutricional, especialmente aos alunos que consomem alimentação nas escolas e que, muitas vezes, é a única refeição do dia.

O município de João Pessoa dispõe de legislação que trata de maneira específica a Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se da Lei 12.188, de 15 de setembro de 2011. Este dispositivo legal afirma o compromisso do município de João Pessoa com a Educação Alimentar e Nutricional, preceitua a participação da sociedade civil. Assim, a lei dispõe:

Esta lei estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SIMSAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da Sociedade Civil organizada, formulará e implementará a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de João Pessoa com o propósito primordial de garantir o exercício do direito humano à alimentação adequada,

A Educação Nutricional, a acessibilidade em termos qualitativos e quantitativos, a educação nutricional, a relevância do Direito Humano a Alimentação Adequada, estão igualmente abrigadas pela legislação municipal:

Art., 6º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será regida pelas seguintes diretrizes:

- I - a promoção e a incorporação da dimensão do Direito Humano à alimentação adequada nas políticas públicas;
- II - a promoção do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável em todos os ciclos de vida;
- III - a promoção da educação alimentar e nutricional;

O município de João Pessoa dispõe de 92 escolas municipais, investe por ano, R\$ 15,6 milhões de reais em alimentação escolar. Para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o município realiza chamada pública, fornece 93 mil refeições diárias aos 60 mil alunos matriculados. Cada aluno realiza uma refeição diária dependendo do turno. Sendo escola em tempo integral fazem as 3 refeições, e em creches, cada criança faz 5 refeições, sendo café da manhã, lanche, almoço, lanche e jantar (ASEVÊDO, 2018). O município está atingindo a meta do FNDE, ao ampliar de 8 para 25 o número de nutricionistas que farão acompanhamento nutricional. Cada profissional será responsável por 2 ou até oito escolas ou creches (ASEVÊDO, 2018).

A legislação municipal que trata da alimentação escolar é composta de duas leis. O município de João Pessoa implantou a partir da Lei Municipal 9.372 de 20 de abril de 2001, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, de relevante importância para a efetivação de controle social da alimentação escolar. Somado a isso, a lei 11.971, de 30 de julho de 2010, instituiu a Semana Municipal da Alimentação Saudável no Município.

3.2. O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil é de inestimável importância, visto que para haver o aprendizado adequado faz-se necessário o bom funcionamento do corpo humano, o qual carece de nutrientes disponíveis nos alimentos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como “Programa Merenda Escolar”, é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e destinado a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É reputado como um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e o único com atendimento universalizado (MEC, 2018).

A alimentação Escolar no Brasil surge no final do século XIX, com a partir das Caixas Escolares, financiadas pelas Associações de Pais e Mestres (APM), as quais produziam sopas (ROSENBERG, 1972 *apud* TURPIN, 2008). Estas refeições estavam voltadas primordialmente para estudantes que não dispunham de condições financeiras e esta era a única alimentação do dia (TURPIN, 2008).

O programa, nos moldes do que é hoje, tem origem na década de 40, quando o Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. Contudo, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros (MEC, 2018).

Na década de 50, elaborou-se um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele, se estruturou um programa de merenda escolar com abrangência nacional, sob a responsabilidade pública, desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar restou, que contou com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à

Infância (FISI), o atual Unicef, o qual consentiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, preliminarmente, à campanha de nutrição materno-infantil.(BRASIL, s.d), As “doações” feitas pelo governo norte-americano, voltada especialmente para a região Nordeste do país e incluía ainda capsulas de vitamina A e D. A denominada “doação” foi uma ação do governo estadunidense ao vender a preços baixos alimentos e leite para a formação de um mercado consumidor de seus produtos industrializados (BEZERRA, 2006; SOBRAL, 2008).

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que originou a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. No período, foram concluídos convênios com o FISI e outros organismos internacionais (MEC, 2018).

Em 1956, com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela foi denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar - CNME, para o atendimento em âmbito nacional (MEC, 2018). Também, neste mesmo período, o governo brasileiro adquiriu junto ao mercado internacional, farinhas enriquecidas de leguminosas e cereais como milho, trigo, arroz e soja e sopas em pó (COSTA, 2004; TURPIN 2008). Estes “auxílios” prestados por nações como os Estados Unidos, através da industrialização, visavam a interferir na formação de hábitos alimentares e a gerar um mercado consumidor dependente dos seus produtos (BEZERRA, 2006; BELIK; DE SOUZA, 2009),

No ano de 1965, o nome da Campanha Nacional de Merenda Escolar foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e vários programas de ajuda americana colaboraram, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) (MEC, 2018).

No período correspondente à ditadura militar, entre 1963 e 1965, ocorreu a escassez de produtos provenientes do mercado internacional, devido ao contexto de repressão e instabilidade política (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982 *apud* STEFANINI, 1997). Em 1966, decretou-se a obrigatoriedade da implementação de cantinas ou refeitórios escolares, o que demonstrou um avanço no processo de oferta

de alimentos, uma vez que a diversificação de produtos ocorreu, em especial pela participação das Associações de Pais e Mestres (COSTA, 2004).

Em 1976, provido pelo Ministério da Educação e sob a gestão da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente a partir de 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (MEC, 2018).

Em 1983, determinou-se que a compra de alimentos deveria ser efetuada pela COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), esta medida veio acompanhada da promessa de tornar os cardápios mais regionalizados, porém, na prática, mostrou-se um meio de favorecimento da indústria alimentícia brasileira, em substituição aos alimentos industrializados importados (COSTA, 2004).

A COBAL adquiria os alimentos e os entregava nas Coordenadorias Estaduais de Alimentação Escolar e prefeituras, mostrando –se um grande desafio a conservação de alimentos *in natura*. Em virtude disso, optou-se por alimentos industrializados, a exemplo de feijões pré-cozidos, carnes processadas. O PNAE sofreu uma forte resistência neste período, havendo denúncias de favorecimento de fornecedores e inadequação do cardápio a realidade regional. (BITTENCOURT, 2007, p 68).

Nota-se que a alimentação escolar era baseada, substancialmente, por alimentos industrializados, possuía um caráter assistencialista, visando suprir a carência nutricional e evitar a evasão escolar, porém, bastante distanciado da preocupação com qualidade dos alimentos e não correspondente a uma realidade regional e local. As Associações de Pais e Mestres possuíram um papel decisivo na alimentação escolar, complementando a alimentação escolar, porém, não estavam presentes em todas as escolas, sendo que muitas dependiam unicamente dos alimentos enviados pelo Governo Federal (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982; COSTA, 2004; SOBRAL, 2008; BITTENCOURT, 2007).

A partir da Constituição Federal, em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental através de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Desde sua criação até 1993, a execução do programa ocorreu de modo centralizado, o órgão gerenciador determinava os cardápios, adquiria os gêneros

através de licitação, contratava laboratórios especializados para com a finalidade de controlar a qualidade e era responsável pela distribuição dos alimentos (MEC, 2018).

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do Programa ocorreu através da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, por meio de convênios com os municípios e a participação das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais atribuiu-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e de redes municipais das prefeituras, as quais não haviam aderido à descentralização (MEC, 2018). Durante este período, o número de municípios que aderiu à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros (MEC, 2018).

Ainda, a descentralização dos recursos para aquisição de alimentos era uma medida necessária em função de diversas dificuldades enfrentadas, tais como atraso de entrega dos alimentos, desperdícios de alimentos fora do prazo de validade ou impróprios ao consumo, distribuição desigual de alimentos e logística inadequada para atender toda a demanda (STEFANINI, 1997; BEZERRA, 2006; TURPIN, 2008).

A descentralização ocorreu através de estados, municípios e Distrito Federal e através de três diferentes possibilidades, segundo a resolução nº 38 de 16 de Julho de 2009 e demais documentos do FNDE, a saber:

- a) centralizada: os recursos são passados aos Municípios e aos Estados, os quais se encarregam de comprar os gêneros alimentícios e da logística de distribuição;
- b) descentralizada ou escolarizada: os recursos destinados pelo FNDE aos municípios e Estados são geridos pela própria unidade escolar e a mesma realiza a compra dos alimentos;
- c) semi-escolarizada ou mista: parte dos recursos são geridos pela Secretaria de Educação e outra parte pela unidade escolar. Em geral, as Secretarias realizam a compra de alimentos mais duráveis e as Escolas de alimentos mais perecíveis.

A concretização da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, ocorreu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, na qual, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência tornou-se automática, sem a celebração de convênio, sendo, deste modo, o processo

mais ágil. Naquele período, o valor diário *per capita* era de R\$ 0,13 ou US\$ 0,13². (BRASIL, s.d.).

O grande entrave encontrado na concretização do processo de descentralização foi a extrema dependência de produtos industrializados, não mudando imediatamente o perfil alimentar, em função dos hábitos dos estudantes, bem como a indústria alimentícia visar à continuidade de venda dos seus produtos.

A Medida Provisória nº 2.178, de 28 de junho de 2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), gerou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fortalecendo o desenvolvimento da economia local.

Em cada município brasileiro, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi implementado como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoria para a execução do Programa. Isso ocorreu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Hoje, os CAEs são compostos por representantes de entidades civis organizadas, trabalhadores da educação, discentes, pais de alunos e representantes do poder Executivo. (MEC, 2018).

A existência dos Conselhos de Alimentação Escolar permitiu uma maior participação da comunidade nas escolas, o que já ocorria anteriormente com as Associações de Pais e Mestres, inspirados no modelo Estadunidense de “Amigos da Escola”, projetos ligados aos Rotary Club. (MACHADO, 2013)

A partir de 2006, uma etapa fundamental foi o requisito da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa e, também, do quadro técnico integrado por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que possibilitou uma melhoria significativa na qualidade do PNAE a partir do alcance de seu objetivo. Outro aspecto que merece destaque, a partir de 2006, foi a parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, o que resultou na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – CECANES, as quais são unidades de referência e apoio geradas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, destacam-se as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (MEC, 2018).

² o câmbio real/dólar naquele período era de 1/1.

O PNAE, ao longo de 60 anos de funcionamento, é reconhecido como um caso de sucesso e referência para a América Latina e Caribe, com notável avanço. O sucesso do programa é atribuído às ações como a adequada qualidade dos alimentos disponibilizados na escola; ampliação da regulamentação do programa; indicações nutricionais; controle social; compra de alimentos da agricultura familiar; elaboração de sistemas presenciais e virtuais de acompanhamento; descentralização da gestão; oferta de educação alimentar e nutricional por meio de hortas escolares, entre outros (FAO, 2018).

Quanto aos recursos financeiros, o PNAE transfere valores *per capita* diversos para o atendimento às pluralidades étnicas e às necessidades nutricionais a partir da faixa etária e vulnerabilidade social. Deste modo, cabe destaque ao fato do Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas acerca da aquisição de gêneros da Agricultura Familiar e, também, diferenciar o valor do *per capita* repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. A partir de 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, por meio da diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (MEC, 2018).

Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional - EAN, ao atribuir uma Seção às ações de EAN. Essa ação possibilita a concretização das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, uma vez existente o Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis - DCNT (MEC, 2018).

Em 2 de abril de 2015, foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 4, a qual apoia o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, a qual modificou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações (MEC, 2018).

A Resolução publicada em 2015 transformou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; delimitou o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais

indígenas e quilombolas e critérios para desempate; determinou os locais aonde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; inseriu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estipulou que os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública; estipulou o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; inseriu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e sugeriu modelos de edital de chamada pública.

A alimentação escolar, proveniente da merenda escolar, buscou atender às necessidades dos estudantes, preliminarmente, através de uma abordagem assistencialista e com o intuito de prover a alimentação dos estudantes. Atualmente, com a descentralização de recursos, os cardápios tendem a ser mais regionalizados e, especialmente, a partir da lei 11.947/09, os alimentos passaram a ter um conteúdo nutricional mais adequado, ante a obrigatoriedade de 30 % da merenda ser proveniente da agricultura familiar. Todos estes fatores, conjuntamente, auxiliam aos estudantes, possibilitando uma melhor alimentação e repercutindo diretamente no seu aprendizado.

4. O CONTEXTO ATUAL DE CRISE E RETROCESSOS NA PROTEÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

O Brasil desde o ano de 2008 é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Este índice se deu, principalmente, em função da opção brasileira pela exportação de *commodities*, que persiste desde o período colonial.

A região brasileira que existe maior uso de agrotóxicos é a centro-oeste, seguida do Sul e Sudeste. No Nordeste, em quantidade de agrotóxicos utilizada, destaca-se a Bahia, Maranhão e o Piauí. Quanto ao número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, Ceará, Bahia e Pernambuco concentram o maior número. A Paraíba tem os municípios de Poço de José de Moura, Bom Sucesso, Riachão com numerosos estabelecimentos rurais que utilizam agrotóxicos em suas plantações (BOMBARDI, 2017).

Isto significa, em termos práticos, a maior proporção de agricultores com contaminação aguda e consumidores em contaminação crônica por agrotóxicos, ocasionando doenças como câncer, distúrbios hormonais, alergias etc.

O Brasil apresenta um retrocesso com a possível aprovação da “PL do veneno”, (PL n. 6.299/02), a partir da promessa de tornar moderna a legislação brasileira a qual, supostamente, se encontra atrasada em relação ao cenário internacional. Isto significa mais agrotóxicos e menos segurança alimentar, que consiste na materialização do Direito Humano à alimentação adequada, conceito compreendido como o acesso físico e econômico de todos aos alimentos e recursos com o intuito de assegurar o acesso continuado e apropriado à situação e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, grupo étnico e cultura (SIQUEIRA *et al.*, 2013).

Uma alternativa possível à ingestão de produtos com agrotóxicos é o consumo de produtos orgânicos ou agroecológicos. Os produtos orgânicos são aqueles que estão livres de agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos. Para que sejam comercializados, devem possuir um selo fornecido por uma das oito certificadoras existentes no Brasil, o que encarece substancialmente os custos de produção, posto que algumas destas certificadoras estipulam elevados valores mensais. Os alimentos orgânicos foram regulamentados pela Lei 10.831/03. Os produtos agroecológicos são além de livres de agrotóxicos e fertilizantes, abrangem o respeito ao aspecto cultural dos alimentos, um contexto de produção socialmente justo, cuidam do solo, da água, há um

tratamento de plantas para que elas sejam saudáveis e nutritivas e pensam na biodiversidade de toda a propriedade. Além disso, deve haver matéria orgânica, biodiversidade vegetal como consórcio e rotação de culturas, cobertura do solo, adubação verde, áreas de reservas florestais e o controle do vento, para preservação da umidade. É um sistema que não se concentra nos impactos negativos, mas em regenerar e cuidar dos ecossistemas. (HORTA, 2018)

4.1. O PL 6.299/02 E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O projeto de lei 6.299/02 é de autoria do atual ministro da agricultura, Blairo Maggi, enquanto o mesmo era Senador da República. Segundo a ementa do Projeto de Lei (Governo Federal), o projeto visa alterar a lei 7.802/89 em seus art. 3º e 9º, no que tange à:

[...]a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

A aprovação do projeto de lei na Comissão criada na Câmara Federal para análise, do mesmo, significa uma maior centralização no Ministério da Agricultura quanto a utilização dos agrotóxicos, ainda que conte com a participação do IBAMA e da Anvisa. Somado a isso, o tempo de liberação de um agrotóxico que hoje é estimado em mais de 5 anos, passará para dois anos no máximo, a partir de quando poderia obter registro automaticamente.

Os defensores do projeto afirmam que o mesmo conferirá celeridade a utilização dos agrotóxicos, já que em função da demora, ao chegar ao mercado, estes já se encontram obsoletos. Uma crítica dirigida por organizações como Greenpeace expõe que grandes serão os prejuízos oriundos do uso indiscriminado de agrotóxicos, visto que um dos pontos presentes no projeto é a possibilidade de revogação de registros de agrotóxicos altamente perigosos (BOLDRINI, 2018). Este projeto de lei foi aprovado na comissão especial criada para analisá-lo. Passará ainda pelo Plenário da Câmara, Senado Federal, até a sanção presidencial.

Ao utilizar uma maior quantidade de agrotóxicos nas plantações ou agrotóxicos mais perigosos, decorrem maiores riscos à saúde humana, tanto do ponto de vista de intoxicações agudas como da contaminação crônica (CONTRAGROTÓXICOS, 2018).

A alimentação escolar no Brasil possui alguns dispositivos legais os quais concretizam a Segurança Alimentar e Nutricional. Além do artigo 6º da Constituição Brasileira explicitar o direito à alimentação no rol dos direitos sociais. Direitos estes que foram conquistados através de lutas e conquistas populares. Há, também, a lei 11.947/09, a qual determina que 30% dos recursos repassados a Estados e Municípios deverão ser destinados a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015) e a Portaria Interministerial 1.010 de 08 de maio de 2006, dentre outras.

A lei 11.947/09 ao estabelecer a aquisição de 30% dos alimentos da merenda escolar provenientes da agricultura familiar, além de estimular os pequenos agricultores, está diretamente colaborando para o estabelecimento de uma alimentação adequada, uma vez que alimentos não processados, frescos contribuem para a saúde dos estudantes. A alimentação saudável na infância além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento, é um fator determinante para a prevenção de doenças na idade adulta, posto que os hábitos alimentares da idade adulta estão ligados aos hábitos adquiridos na infância. (ROSSI, MOREIRA E RAUEN, 2008). A preocupação com a qualidade e variedade dos alimentos está preceituada no art. 2º da lei:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

O Direito à alimentação está presente também a partir da oferta de políticas públicas as quais promovam educação nutricional nas escolas, como instrumento de construção de bons hábitos alimentares. Em seu art. 2º, II assim está disposto:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

Além disso, o Estado Brasileiro demonstra a opção legislativa pela educação nutricional por meio da Portaria Interministerial em seu art. 3º:

Art. 3º Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

I - ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;

Apesar da legislação escolar preceituar a instrução dos alunos quanto à educação nutricional, a prática se depara com problemas. A educação alimentar e nutricional não possui um programa específico em muitas escolas municipais, uma vez que a abordagem está inserida em disciplinas como Ciências, Educação Física e Geografia. Os Parâmetros Curriculares Nacionais situam a alimentação alimentar e nutricional no ensino fundamental no âmbito de atuação das escolas municipais, no eixo temático “Ser Humano e Saúde” e também deverá ser abordado no tema “Saúde e Meio Ambiente”, transversalmente (BRASIL, 1997). Estas disciplinas buscam proporcionar ao aluno uma visão completa do corpo humano relacionada com aparelhos e sistemas, a interação deste com o ambiente circundante e sua individualidade, fomentando no aluno o respeito pelo seu corpo e suas diferenças individuais (CAMOZZI *et al.*, 2015).

Outros obstáculos enfrentados na promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas, são a concepção de que o alimento precisa ser unicamente saudável e com adequada composição nutricional, apartada a ideia da dimensão cultural da alimentação, o que implica na baixa aceitação dos alunos e a alimentação escolar como fator para a manutenção da frequência escolar, sendo que esta não é a finalidade do PNAE. (CAMOZZI *et al.*, 2015).

A Segurança Alimentar e Nutricional nos estabelecimentos escolares conta com a colaboração dos CAEs, Conselhos de Alimentação Escolar. Estes conselhos são compostos de integrantes da Sociedade Civil e da Comunidade Escolar, assim está disposto na lei 11.947/09 em seu art. 18:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.[...]

O CAE tem o papel de fiscalizar a prestação de contas dos merenda escolar e assegurar boas práticas sanitárias de higiene e alimentos. A criação do CAE relaciona-se à descentralização dos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério de Educação - MEC, os quais são feitos aos municípios e estados sem a efetivação de convênios e acordos, tornando o processo mais ágil. Cabe ao CAE fiscalizar a aplicação dos recursos, elaborando um parecer anual, sendo que o relatório será decisivo para a continuidade ou não do repasse de recursos Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar (BALMANT, 2018).

Os Conselheiros são eleitos pelas classes que representam, por um mandato de quatro anos, sendo este trabalho não remunerado. É de elevada importância que os conselheiros possam conhecer as cozinhas, as despensas e os refeitórios das escolas, sendo, deste modo, capazes de gerenciar o estoque, cardápio, a higiene na preparação dos alimentos e o fornecimento. O integrante do CAE deverá questionar aos alunos quanto a satisfação com a merenda e deverão observar outras falhas que possam prejudicar o bom andamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. É fundamental que o conselho dê ciência à Secretaria de Educação sobre possíveis irregularidades verificadas durante as visitas e, depois, apure as providências seguidas a respeito (BALMANT, 2018).

4.2. A MERENDA ESCOLAR E O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: APLICAÇÃO DA LEI N. 11.947/09

A aquisição de merenda escolar pela Prefeitura Municipal de João Pessoa obedece a certos ritos legais. Foi aplicado um questionário à Secretaria Municipal de

Educação, composto de dez perguntas, com o intuito de conhecer o funcionamento do programa de merenda escolar do município e a aplicação da lei 11.947/09.

Ao se perguntar quanto ao processo de aquisição de alimentos da merenda escolar no município de João Pessoa, foi respondido que “o processo de aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar no Município de João Pessoa se dá através do Pregão Eletrônico e Chamada Pública”. Quanto à forma de aquisição dos alimentos da agricultura familiar se a aquisição era mediante compra direta ou pregões, foi dito que “por lei não existe pregão para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, logo só realizamos chamada pública”. A aproximação dos agricultores familiares e consumidores têm permitido uma alimentação mais saudável, colaborando para um menor êxodo rural e pobreza urbana e rural. A lei 11.947/09 ao tornar obrigatória a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, auxilia o consumidor acerca da aquisição de alimentos e propicia uma maneira de comercialização dos mesmos através da dispensa do processo licitatório.

Acerca do cardápio ser condizente com a realidade regional foi respondido que “Sim! O Cardápio condiz com a realidade regional”. Foi inquirido sobre as merendeiras se as mesmas fizeram adaptações para adequar a merenda às preferências dos alunos foi dito que “as merendeiras seguem o cardápio e as orientações”. A lei 11.947/09, que estabelece a compra de alimentos da agricultura familiar, prevê apoio ao desenvolvimento sustentável com estímulos à aquisição de gêneros alimentícios variados, conforme a sazonalidade, cultura e tradição dos alimentos.

A quinta pergunta foi: - Qual é papel dos nutricionistas na merenda escolar? Foi respondido que:

“o papel do nutricionista na merenda escolar é planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias, planejar e executar da testes de aceitabilidade junto a clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras no que diz respeito ao preparo ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados, estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas a nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PAE, elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar (PAE), contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições, elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação, desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, interagir com o Conselho de Alimentação

Escolar (CAE) no exercício de suas atividades, entre demais atividades desenvolvidas diariamente”.

O nutricionista possui um papel fundamental na alimentação escolar, desde 1955 e perdura até hoje, sendo indispensável, posto que atende a um segmento da população particularmente vulnerável. A atuação do nutricionista é assegurada pela legislação, sendo reputado como Responsável Técnico, encarregado da criação de cardápios e o Conselho Federal de Nutrição afirma essa ação por intermédio de resoluções.

Ao se perguntar se os alunos trazem merenda de casa ou não, foi dito que “em todas as unidades (Escolas e Creis) garantimos a oferta e orientação para uma alimentação saudável, porém, nas escolas fica a critério do aluno levar ou não outro tipo de merenda”. Ainda foi indagado se os alunos aceitavam bem a merenda, se havia um percentual de desperdício e se havia um aproveitamento de casca de frutas ou sementes para a elaboração de merendas foi dito que “os alunos aceitam bem a merenda”. A aceitação da merenda escolar é influenciada, sobretudo, pelos hábitos alimentares incorporados através de ações direcionadas à educação nutricional, também previstas pela lei 11.947/09. Além disso, os hábitos alimentares dos estudantes são determinados pelo ambiente familiar, publicidade que são expostos além de outros fatores.

Perguntou-se qual era o papel do gestor na merenda escolar. Foi respondido que “o papel do gestor de cada unidade é acompanhar de forma frequente a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo de extrema importância sua parceria com o Setor de Alimentação Escolar/ PMJP”. Sobre as dificuldades encontradas pela secretaria para atingir os 30% e foi dito que “a secretaria não tem dificuldade de atingir os 30%. Sobre quais as dificuldades encontradas pelos agricultores, foi respondido que “os agricultores não encontraram dificuldade”.

As informações colhidas através do questionário mostram que a merenda escolar é implementada através de uma construção conjunta entre Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação, alunos, CAE, nutricionistas e agricultores. Todos são indispensáveis a possibilidade da alimentação saudável e a concretização do Direito Humano à alimentação adequada nas escolas municipais. Ao privilegiar um cardápio adaptado à realidade regional, nutricionalmente adequado, variado,

contribuiu-se sobremaneira para a saúde dos estudantes e concretização do direito à vida.

O município, apesar de adquirir alimentos da agricultura familiar, não necessariamente adquire produtos orgânicos. Embora o consumo de alimentos frescos e não processados, isentos de açúcar e sódio, melhore sensivelmente a alimentação escolar, ainda se encontra longe do ideal, uma vez que para a efetivação da segurança alimentar é indispensável a ingestão de alimentos isentos de substâncias nocivas à saúde. Sabe-se também que a utilização indiscriminada de agrotóxicos nas lavouras é fato recorrente na agricultura brasileira.

4.3. O PROJETO DE LEI 6.299/02 E AS AMEAÇAS À MERENDA ESCOLAR

Com a aprovação do Projeto de Lei 6.299/02, a segurança alimentar e nutricional nas escolas municipais encontra-se seriamente ameaçada. A utilização indiscriminada de agrotóxicos atinge substancialmente aos estudantes, visto que as crianças são sensíveis à presença destas substâncias, embora a sensibilidade possa ser afetada pela toxicidade da substância.

Como se sabe, os agrotóxicos utilizados na produção de alimentos podem prejudicar o funcionamento do cérebro e sua estrutura. Exposições precoces a neurotoxinas associam-se a doenças neurológicas e retardo mental. A exposição a agrotóxicos visa à produção de efeitos neurotóxicos em pestes, atingindo o ser também o ser humano (SARCINELLI E MOREIRA, 2003).

O câncer infantil tem tido proporções relevantes. Esse número é bem substancial nos Estados Unidos, onde são diagnosticados 8.000 novos casos por ano (CARROQUINO et al., 1998 *apud* SARCINELLI E MOREIRA, 2003), sendo estes 80 a 90% causados por fatores ambientais (PERERA, 1997 *apud* SARCINELLI E MOREIRA, 2003). Assim, nota-se uma correlação entre a utilização de agrotóxicos nos alimentos e o aparecimento de doenças crônicas como o câncer.

A ocorrência de câncer infantil em virtude da exposição a agrotóxicos não é um episódio recente. Uma vez que a Revolução Verde proporcionou por um lado uma maior produtividade agrícola, por outro deixou como consequência uma intensa utilização de agrotóxicos o que resultou em severas consequências. Segundo Zahm e Ward (*apud* SARCINELLI E MOREIRA, 2003):

Uma revisão recente levantou vários estudos de caso-controle e coorte, entre 1974 e 1997, relacionando câncer em crianças e exposição a agrotóxicos. Os casos mais freqüentes foram leucemia (18 estudos), neuroblastoma (8),

tumor de Wilm (6), sarcoma de tecidos moles (3), osteosarcoma (10), sarcoma de Ewing (6), linfoma não-Hodgkins (8) e cânceres de cérebro (18), colorectal (2) e testículos (2). Embora as limitações de alguns estudos devam ser avaliadas, como, por exemplo, a quantidade insuficiente de informações sobre a exposição, número pequeno de indivíduos expostos e o potencial para viés de resposta, os autores chamam a atenção para o fato de muitos estudos terem relatado riscos aumentados, em maior magnitude do que os observados em estudos de adultos expostos a agrotóxicos, o que pode sugerir que as crianças sejam particularmente mais sensíveis à ação carcinogênica desses agentes químicos (Zahm e Ward, 1998).

A utilização indiscriminada de agrotóxicos nos alimentos ingeridos através da merenda escolar resulta em consequências na saúde humana, muitas vezes a longo prazo e que por esta razão são negligenciadas, além do que a lei 11. 947/09 afirma que a alimentação deverá ser segura e a aquisição de alimentos da agricultura familiar colabora para a melhora alimentar dos alunos, apesar de não impor a obrigatoriedade de aquisição de alimentos orgânicos. Apesar disso, medidas devem ser tomadas não só pelo Estado, mas também pela sociedade civil, para que ocorra uma melhoria da qualidade dos alimentos e assim sejam assegurados direitos fundamentais.

4.4. O PL 6.299/02: UMA ANÁLISE CRÍTICA

O Projeto de lei 6.299/02, proposto para modificar o uso de agrotóxicos no Brasil é reflexo da opção agrícola brasileira, monocultora e direcionada para a exportação. O Brasil, na contramão dos demais países europeus, utiliza agrotóxicos em elevadas quantidades.

O Glifosato, amplamente utilizado em lavouras transgênicas, possui uma quantidade de 5000 vezes maior na água do que a utilizada nas lavouras da União Europeia. Tal substância é reputada como cancerígena para animais e seres humanos de acordo com o Centro Internacional de Pesquisa contra o Câncer. (COSTA, 2018). Além disso, a votação do projeto na Comissão criada especificamente para atender esta finalidade, ocorreu em um contexto bastante conturbado, em que houve tentativas de obstrução de votação, protestos. Ainda sim foi aprovado o projeto na Comissão Especial da Câmara e não há previsão de quando irá para o plenário da Câmara dos Deputados. (COSTA, 2018).

O projeto de lei enfrenta a oposição de órgãos como Anvisa, Ibama, Fiocruz, Instituto Nacional do Câncer - Inca e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Estes órgãos posicionam-se de maneira contrária ao projeto tendo em vista a possibilidade de redução de segurança para o consumidor. Os

parâmetros adotados à classificação de produtos passam a ser pouco objetivos, caso o projeto seja aprovado, pois somente serão banidos do país aqueles que apresentarem riscos inaceitáveis, classificados como em "nível de risco considerado insatisfatório por permanecer inseguro ao ser humano ou ao meio ambiente, mesmo com a implementação das medidas de gerenciamento dos riscos".

De modo prático, caberá a uma equipe de técnicos avaliar os riscos. O Ibama e a Anvisa alegam a insuficiência de recursos para qualificar profissionais aptos a identificar possíveis riscos existentes nos agrotóxicos. A partir do PL, fixam-se os prazos de 30 dias - designados para o registro especial temporário de um produto utilizado para pesquisas acadêmicas e até 24 meses (dois anos), para produtos totalmente novos no Brasil (COSTA, 2018). Todas estas possibilidades ampliam o acesso e utilização de agrotóxicos nas lavouras brasileiras.

O grande risco que os consumidores estão expostos ao ingerirem alimentos com agrotóxicos é imenso, porém, alguns cuidados tais como: optar por alimentos da estação, observar o aspecto do pedúnculo da fruta "cabinho da fruta". Se ele apresentar um pó branco, denuncia um excesso de agrotóxico nesta região da fruta. Associado a isso, higienizar os alimentos com água sanitária, cloro ou vinagre, se adequa a alguns tipos de agrotóxicos, bem como atentar-se ao tamanho e aparência do alimento e também aqueles que apresentam um aspecto visual livre de imperfeições tendem a ter mais agrotóxicos. Lembrando ainda que a casca não protege, totalmente, a polpa dos agrotóxicos, uma vez que há agrotóxicos incorporados aos alimentos desde o seu crescimento (HARTMANN, 2018).

O projeto de Lei 6.299/02 significa mais agrotóxicos na mesa dos estudantes e da população em geral. O Brasil ao ser signatário de convenções internacionais as quais preceituam o compromisso estatal de possibilitar aos seus cidadãos acesso a alimentos de qualidade e seguros, deverá subsidiar meios para que isso se concretize por meio de incentivos e subsídios a agricultura de base agroecológica e orgânica. Deste modo, além do direito à alimentação, por consequência será efetivado o direito à saúde. Através da lei 11.947/09, é possível ao estudante o acesso a alimentos mais saudáveis e frescos, porém, com a possível aprovação do mencionado PL, aumenta a vulnerabilidade da exposição a agrotóxicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito Humano à Alimentação Adequada é uma garantia fundamental que deve ser ofertada a população mundial. O Brasil, ao ter o maior programa de alimentação escolar do mundo, alimenta milhares de estudantes diariamente, entretanto, enfrenta desafios cotidianos. Os alimentos saudáveis, nutritivos, apropriados a realidade regional encontram resistência por todos os lados. A educação nutricional prevista na lei 11.947/09, ainda é uma realidade distante das salas de aula. Se antes, a fome era uma realidade nas famílias brasileiras, hoje não dispõem de condições de oferecer uma alimentação adequada aos estudantes, haja vista o elevado valor dos alimentos, praticidade, etc. O Estado, por sua vez, não esclarece de modo suficiente os perigos dos alimentos ultraprocessados e *fast-food*, os quais condicionam o paladar a aceitação preferencial de alimentos ricos em açúcar, sódio e gordura.

Segundo a pesquisa desenvolvida no município de João Pessoa, há um quadro de obesidade entre os pessoenses e uma razoável disponibilidade de alimentos livres de agrotóxicos, sejam eles orgânicos ou agroecológicos, contudo, não havendo satisfatória acessibilidade econômica. Há ainda desenvolvimento de projetos como horta urbana, as feiras agroecológicas que visam aproximar o consumidor dos produtores e reduzir os preços dos alimentos.

De acordo com o informado pela Secretaria Municipal de Educação, os alimentos provenientes da agricultura familiar conseguem ser facilmente adquiridos, encontrando boa aceitação pelos alunos, merendeiras e gestores. O consumo de alimentos saudáveis são indispensáveis ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, prevenindo o surgimento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e até mesmo câncer.

A possível aprovação do PL 6299/2002, representa um retrocesso em toda política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, sob o pretexto de modernizar a legislação brasileira. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, em virtude do perfil monocultor adotado desde o período colonial, tais produtos são manuseados de maneira inapropriada, gerando contaminações aos agricultores e aos consumidores a longo prazo, sendo extremamente prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Ao ampliar a desburocratização dos agrotóxicos, os consumidores encontram-se ainda mais susceptíveis e vulneráveis aos possíveis efeitos tóxicos dos mesmos.

O panorama de insegurança alimentar existente com as possíveis mudanças legislativas só poderá ser combatido de modo efetivo pela mobilização da sociedade, do consumo mais consciente que seja capaz de pressionar por mudanças.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Bruce. **The new separation of powers**. Harvard law review. v. 113, n. 3, p. 633-729. 2000.
- AUAD, Denise. **Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição Federal Brasileira**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 103, p. 337-355, 2008.
- ALMEIDA, Mirella Dias. **Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado da Paraíba**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Brasília, 2014.
- ASÊVEDO, Flávio. **PMJP é reconhecida pelo FNDE na qualidade da alimentação escolar e amplia número de nutricionistas**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/Pmjp-E-Reconhecida-Pelo-Fnde-Na-Qualidade-Da-Alimentacao-Escolar-E-Amplia-Numero-De-Nutricionistas/>. Acessado em 18 de setembro de 2018.
- ASÊVEDO, Flávio. **Qualidade da alimentação na rede de ensino de João Pessoa é premiada pelo Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/Qualidade-Da-Alimentacao-Na-Rede-De-Ensino-De-Joao-Pessoa-E-Premiada-Pelo-Ministerio-Da-Educacao/>. Acessado em 22 de setembro de 2018.
- BALMANT, Ocimara. **Qualidade da alimentação na rede de ensino de João Pessoa é premiada pelo Ministério da Educação**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/349/conselho-de-alimentacao-escolar-cae/>. Acessado em 01 de setembro de 2018.
- BARROS, Maria Sylvia Carvalho. TARTAGLIA, José Carlos. **A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas**. Alimentação e Nutrição, v. 14, n. 01, 2003, p. 109-121
- BELIK, Walter; DE SOUZA, Luciana Rosa. **Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina**. Planejamento e políticas públicas, IPEA, nº33, 2009.
- BEZERRA, J. A. B. **Regionalização de cardápios, fortalecimento das economias locais e participação da população na gestão descentralizada da merenda escolar**. Educ Debate, v. 28, n. 1, p. 86-93, 2006.

- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Dissertação (Mestrado Em Educação). Porto Alegre: UFRGS 2007.
- BOLDRINI, Ângela. **Entenda o projeto de lei que altera registro de agrotóxicos**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entenda-o-projeto-de-lei-que-altera-registro-de-agrotoxicos.shtml>. Acessado em 18 de setembro de 2018.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.
- CAMOZZI, Aída Bruna Quilici *et al.* **Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 23, n. 1, 2015.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CARROQUINO, M. J. *et al.* **The US EPA Conference on preventable causes of cancer in children: a research agenda**. Environ Health Perspec, 106 (suppl. 3):867-873, 1998.
- CARVALHO FILHO, José Juliano de. **A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar**. Estudos Avançados, v. 9, n. 24, p. 173-193, 1995.
- CASTRO, Josué de *et al.* **Geografia Da Fome – O Dilema Brasileiro: Pão Ou Aço**. 10ª ed. Rio De Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. **O direito fundamental à alimentação adequada: contexto histórico, definição e notas sobre a sua fundamentabilidade**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6603 . Acessado em 20 de setembro de 2018.
- COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira de; STARLING, Mônica Barros de Lima. **Comer e aprender. Uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Alimentação Escolar-MEC, 1982.
- CONTRAGROTÓXICOS. **Intoxicação por agrotóxicos (aguda e crônica)**. Disponível em <http://contraosagrotoxicos.org/glossary/intoxicacao-por-agrotoxicos-aguda-e-cronica/>. Acessado em 30 de setembro de 2018.

COSTA, Camila. **Na contramão de Europa e EUA, Brasil caminha para liberar mais agrotóxicos.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621328>. Acessado em 27 de setembro de 2018.

COSTA, Liliam Magda Campos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

DA COSTA, Thais Xavier Ferreira; DE OLIVEIRA, José Sebastião. **O direito à alimentação escolar como garantia da dignidade da pessoa humana e desdobramento do direito humano à alimentação adequada.** Revista Direito UFMS, v. 4, n. 1, 2018.

FAO. **What We Do?** Disponível em <http://www.fao.org/about/what-we-do/en/>. Acessado em 21 de setembro de 2018

FAO. **Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar no âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025.** Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/alimentacion-escolar/pt/>. Acessado em 21 de setembro de 2018.

G1. **PB é o maior produtor de orgânicos do Nordeste, diz Sebrae.** Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2011/12/paraiba-e-o-maior-produtos-de-organicos-do-nordeste-diz-sebrae-pb.html>. Acessado em 22 de setembro de 2018.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Notas sobre a origem da culinária: uma abordagem evolutiva.** Rev. nutr. PUCCAMP, v. 8, n. 2, p. 231-44, 1995.

HARTMANN, Marcel. **Aprenda a identificar e higienizar alimentos com excesso de agrotóxico.** Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar,aprenda-a-identificar-e-higienizar-alimentos-com-excesso-de-agrotoxico,10000076188>. Acessado em 15 de setembro de 2018.

HORTA, Casa. **O que são os alimentos agroecológicos?** Disponível em: <https://www.casahorta.com.br/blog/2017/2/10/o-que-sao-os-alimentos-agroecologicos>. Acessado em 18 de setembro de 2018.

JOÃO PESSOA. **Lei 12.188, de 15 de Set de 2011. Dispõe sobre a política alimentar e nutricional do município de João Pessoa e dá outras providências,** João Pessoa, PB, 2011.

JOHNSON, David Gale. **A crise de alimentos.** Atlantida, 1975.

- LIMA, Marcos Costa. **Raízes da miséria no Brasil: da senzala à favela. Extrema Pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada**, São Paulo: Edições Loyola, p. 11-50, 2002.
- MALTHUS, Thomas Robert. **An Essay On The Principle Of Population** Amherst. New York: Prometheus Books, 1998.
- MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira. **Características do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo transversal exploratório do universo de municípios brasileiros**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.
- MEC. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – Histórico**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acessado em 21 de setembro de 2018.
- MENDES, Gilmar Ferreira. CANOTILHO, JJ Gomes; SARLET, Ingo Wolfgang (Ed.). **Comentários à constituição do Brasil**. Saraiva, 2013.
- NUNES, Mérces da Silva. **O direito fundamental à alimentação: e o princípio da segurança. Efeitos adversos dos alimentos industrializados e a saúde humana**. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- PERERA, R. **Environment and cancer: who are susceptible?** Science, 278: 1.068-1.073, 1997.
- PRR4. **Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em <http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/index.php?pagina=PIDESC>. Acessado em 17 de setembro de 2018.
- PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. **Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde**. Ciencia & saude coletiva, v. 22, p. 3281-3293, 2017.
- POOLE, HILARY. **Direitos humanos: referências essenciais**. EdUSP, 2007.
- ROSENBERG, C. P. **Merenda escolar e crescimento**. Tese (Doutorado), Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1972.
- ROUSSEAU, Jean -Jacques, **Cartas escritas da montanha**, São Paulo, PUCSP/UNESP, 2006.

- ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília Addison Machado; RAUEN, Michelle Soares. **Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família.** Revista de Nutrição, v. 21, n. 6, p. 739-748, 2008.
- SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos.** Companhia das Letras, 2005.
- SARCINELLI, Paula de Novaes; MOREIRA, Josino Costa. **A exposição de crianças e adolescentes a agrotóxicos.** In: É veneno ou é remédio: agrotóxicos, saúde e ambiente. Fiocruz, 2003. p. 43-58.
- SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas.** 2ª Edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, p. 18, 2004.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 40ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2014.
- SILVA, Maria Gisele da. **Bolsa Família tem mais obesos do que subnutridos.** Disponível em em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bolsa-familia-tem-mais-obesos-do-que-subnutridos-37b09gxr0c0w00p01u9479q32/>. Acessado em 18 de setembro de 2018.
- SILVA, Denise Oliveira; CABRINI, Danielle. **Trajetórias biográficas do aumento e excesso de peso de mulheres do Programa Bolsa Família, Brasil.** Comun. ciênc. saúde, v. 28, n. 2, p. 216-225, 2017.
- SINGER, Paul. **A cidadania para todos. História da cidadania.** São Paulo: Contexto, p. 191-263, 2003.
- SIQUEIRA, Dirceu Pereira; GOTTEMS, C. J. **A dimensão cultural do direito fundamental à alimentação.** Birigui: Boreal, 2013.
- SOBRAL, Francine. **Programa nacional de alimentação escolar: sistematização, importância e presença no município de Monte Alto – SP.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. 2008.
- STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda Escolar: História, Evolução E Contribuição No Atendimento Das Necessidades Nutricionais Da Criança.** Tese (Doutorado) - Faculdade De Saúde Pública, Universidade De São Paulo, São Paulo, 1997
- TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos.** 2ª Edição. Editora Peirópolis, 2002.

TURPIN, Mea. **Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia da segurança.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual De Campinas, 2008

VALENTE, F. et. al. **Segurança alimentar e nutricional (SAN) eo direito humano à alimentação adequada:** Curso formação em direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional-módulo 1. 2009.

WHO. **The world health report 2000 - Health systems: improving performance.** Disponível em: <https://www.who.int/whr/2000/en/>. Acessado em 19 de setembro de 2018.

WELLE, Deutsche. **Dois terços da população mundial se alimentam mal.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/internacional/dois-tercos-da-populacao-mundial-se-alimentam-mal-5890.html>. Acessado em 18 de setembro de 2018.

ZAHM, S.H. & WARD, M.H. **Pesticides and childhood cancer.** Environ Health Perspec, 106(3):893-908, 1998.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA**

- 1) Como é o processo de aquisição de elementos da merenda escolar no município de João Pessoa?
- 2) Os agricultores se organizam para participar de pregões ou é compra direta?
- 3) O cardápio condiz com a realidade regional?
- 4) As merendeiras fazem adaptações para adequar a merenda às preferências dos alunos?
- 5) Qual o papel dos nutricionistas na merenda escolar?
- 6) Os alunos trazem merenda de casa ou não?
- 7) Os alunos aceitam bem a merenda? Há um percentual de desperdício? Aproveita-se as cascas de frutas, sementes para a elaboração de merenda?
- 8) Qual o papel do Gestor na merenda escolar?
- 9) Quais as dificuldades encontradas pela secretaria para atingir os 30%?
- 10) Quais as dificuldades encontradas pelos agricultores?